

UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
 CAMPUS DE JI-PARANÁ
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

DEA

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ana Paula Santana Da Silva
 Carolina Crivelaro Barzotto
 Daniele Ferreira Da Silva

Geovana Silva Dos Santos
 Keury Leão
 Roseane Rodrigues

Prof.: Renata G. Aguiar

Ji-Paraná, maio de 2018

ANÁLISE DE DOCUMENTOS



1

INTRODUÇÃO

Documentos de "Primeira Mão"

- Não receberam tratamento analítico

Arquivos Públicos e Privados	Outros documentos
<ul style="list-style-type: none"> · Associações científicas · Sindicatos · Partidos Políticos 	<ul style="list-style-type: none"> · Cartas pessoais · Diários · Fotografias · Gravações · Boletins · Entre outros

Documentos de "Segunda Mão"

- Já receberam tratamento analítico

São eles:

- Relatórios de pesquisa
- Relatórios de empresas
- Tabelas estatísticas
- Entre outros

2

VANTAGENS E DESVANTAGENS




<https://centraldoifanquesid>

3

VANTAGENS E DESVANTAGENS

Vantagens

- Permite evitar o recurso abusivo aos inquéritos por questionário
- Os documentos, podem obter-se gratuitamente e a baixo custo
- Além de proporcionar informações sobre ocorrências passadas que não se observaram




4

VANTAGENS E DESVANTAGENS


Desvantagens

- Nem sempre é possível o acesso ao documento
- O documento pode não conter informações detalhadas
- O documento pode ter sido forjados, alterados
- Muitas vezes os autores não explicitam a forma lógica para chegar a tal conclusão



5

O QUE NÃO DEVE SER FEITO EM UMA PESQUISA DOCUMENTAL?



6

O QUE NÃO DEVE SER FEITO?

- Adotar um tema de pesquisa amplo
- Usar dados desatualizados;
- Não discutir o assunto
- Deixar de organizar os documentos a serem analisados;
- Não adotar um método;
- Não planejar;
- Não fazer um revisão de literatura;

7

MÉTODOS EMPREGADOS



8


MÉTODOS EMPREGADOS



- Dedutivo: Geral ao particular. Princípios verdadeiros.
- Comparativo: Investigação dos indivíduos, classes, fenômenos e fatos.
- Observacional: Procedimento de observação dos estudos.
- Estatístico: Aplicação da teoria estatística da probabilidade.

9

ARTIGOS



10

ARTIGO 1

O impacto dos megaeventos esportivos sobre os direitos à saúde e ao meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro, Brasil

- Autor: Rodrigo Machado Vilani
- Orientador: Carlos José Saldanha Machado
- Nome da Revista: Cadernos de Saúde Pública,
- Ano de Publicação: 2015
- Qualis: B1

ISSN	Título	Área de Publicação	Classificação
1678-4484	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	ENFERMAGEM	B1
1678-4484	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ONLINE)	ENFERMAGEM	B1

11

Rodrigo Machado Vilani
 Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7926743148244335>
 Última atualização do currículo em 06/05/2018

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Direito pela Faculdade Vianna Júnior, mestrado em Direito (2006) e doutorado em Meio Ambiente (2010) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou pós-doutorado no Programa de Biodiversidade e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (2014). É professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde ingressou em 2014. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (Mestrado Profissional) da UNIRIO e do Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes (Campos dos Goytacazes). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (2017-2019) e pesquisador de produtividade em pesquisa da UNIRIO (Edital PQ-UNIRIO 01/2017). Desde junho de 2012 atua como Editor-Chefe do Boletim Petróleo, Royalties e Regiões. Líder e Grupo de Pesquisa 'Ecoturismo e Desenvolvimento' e é pesquisador do Grupo de Pesquisa MEANDROS da Focruz. Membro de Corpo Editorial, de Comitês Técnicos e Científicos de periódicos e eventos nacionais. A partir de uma perspectiva interdisciplinar atua nas áreas de Ecoturismo, Planejamento Urbano e Regional e Direito Ambiental, particularmente na análise de políticas de conservação da natureza. Tem cerca de 50 artigos publicados em periódicos, 30 trabalhos em anais de eventos nacionais e internacionais, 2 livros, 2 coletâneas e 12 capítulos. (Texto informado pelo autor)

Carlos José Saldanha Machado
 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 3C
 Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/83222768618623>
 Última atualização do currículo em 03/05/2018

É Pesquisador Titular da Fundação Oswaldo Cruz (Focruz), professor colaborador dos Programas de Pós-Graduação em Biodiversidade e Saúde (PPGBCIS) e em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/CICT) da FIOCRUZ; em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ) e do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede Nacional (PROF-AGUA) de Instituições de Ensino Superior (UNESP; UFPE; UFERS; UEA; UERJ), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). Foi Professor Visitante da Université Toulouse Jean Jaurès / Centre d'Etude et de Recherche Travail, Organisation, Pouvoir (CERTOP - UMR CNRS 5044 [07/02/2018 - 06/03/2018]). Foi membro e representante das ciências sociais e humanas no Comitê de Assessoramento de Engenharia e Ciências Ambientais (CA-CA) do CNPq [01/07/2014 - 30/06/2017]. Líder e Grupo de Pesquisa MEANDROS - Estudos Interdisciplinares sobre Ciências, Tecnologias e Políticas Públicas em Saúde e Ambiente [<http://bit.ly/1RACF3>]. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Política da Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Paris VI - Ciências Sociais Sorbonne (1998). Atua nas áreas de Sociologia da Ação Pública Ambiental e da Sociologia da Ciência. É sócio da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e sócio-fundador da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITEBR). É autor dos projetos que criaram na Focruz, em 2005, o Ciência Móvel - Vida e Saúde para todos, um museu itinerante que viaja em um caminhão e leva exposições, jogos, equipamentos interativos, multimídias, oficinas e outras atividades para municípios da região Sudeste do Brasil (www.bit.ly/52LkqR) e, em 2007, a quinta revista científica bilingue (inglês/português/português/inglês), a RECIIS - Electronic Journal of Communication, Information & Innovation in Health (www.bit.ly/16U1en5). Ao longo dos últimos 10 anos publicou mais de 80 artigos, 11 livros, 20 capítulos de livros e 50 trabalhos completos em anais de congresso. (Texto informado pelo autor)

ARTIGO 1

Fator de Impacto

Cadernos de Saúde Pública
 ISSN 0102-311X
 Fator de Impacto em um período de três anos

ano base 2017	resultados em ordem alfabética				citações em 2017 para				artigos publicados em				fator de impacto em 2017 para artigos de 2017	artigos publicados em 2017	fator de impacto
	total	2016	2015	2014	2014-2015-2016	2015	2016	2017	2015-2016-2017	2015	2016	2017			
I. CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	3961	99	205	353	657	171	225	220	436	1.020	21	226	0.002		

ARTIGO 1

Objetivo

Identificar e discutir os impactos da reestruturação urbana na cidade do Rio de Janeiro associada aos megaeventos, tomando com tema de análise a questão da infraestrutura e da promoção da saúde.

A 1

A técnica empregada foi análise de vários documentos e relatórios configura uma análise documental. Esse método também vale quando há uma consulta de documentos legais para realizar a pesquisa, como leis, regulamentos e normas técnicas.

pelos megaeventos esportivos, são criticadas por contribuírem e aprofundarem as históricas desigualdades socioespaciais do município. Com base em pesquisa documental e análise de dados, adotou-se uma abordagem voltada para a construção de uma proposta de cidade sustentável conforme estabelece a Lei nº 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade. Conclui-se tecendo considerações gerais e específicas sobre o urbanismo olímpico, sua orientação mercadológica e as falhas na superação de problemas de saúde pública e saneamento ambiental, que permanecerão como herança após 2016.

Planejamento de Cidades; Saneamento; Saúde Urbana

Síntese do resultado obtido

Casos de dengue por área de planejamento e região administrativa. Rio de Janeiro, Brasil.

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	População*	Casos de dengue (2013)	%
Total	6.320.446	66.278	1,05
Área de Planejamento 1	297.976	4.838	1,62
I. Portuária	48.664	889	1,83
II. Centro	41.142	603	1,47
III. Rio Comprido	78.975	1.377	1,74
VII. São Cristóvão	84.908	1.037	1,22
XXI. Paqueta	3.361	158	4,70
XXIII. Santa Teresa	40.926	774	1,89
Área de Planejamento 2.1	636.050	8.572	1,34
IV. Botafogo	239.729	2.850	1,19
V. Copacabana	161.191	2.732	1,69
VI. Lagoa	167.774	1.426	0,85
XXVII. Rocinha	69.356	1.564	2,26
Área de Planejamento 2.2	371.120	5.305	1,43
VIII. Tijuca	181.810	2.732	1,50
IX. Vila Isabel	189.310	2.573	1,36
Área de Planejamento 3.1	886.551	9.367	1,06
X. Ramos	153.177	1.759	1,15
XI. Penha	321.887	3.353	1,04
XX. Ilha do Governador	212.574	3.337	1,57
XXIX. Complexo do Alemão	69.143	115	0,17

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	População*	Casos de dengue(2013)	%
XXX. Maré	129.770	803	0,62
Área de Planejamento 3.2	569.970	4.332	0,76
XII. Inhaúma	134.349	1.352	1,01
XIII. Méier	397.782	2.913	0,73
XXVIII. Jacarezinho	37.839	67	0,18
Área de Planejamento 3.3	942.638	7.177	0,76
XIV. Irajá	202.952	2.586	1,27
XV. Madureira	372.555	2.598	0,70
XXII. Anchieta	158.318	783	0,49
XXV. Pavuna	208.813	1.210	0,58
Área de Planejamento 4	909.368	7.937	0,87
XVI. Jacarepaguá	572.030	5.127	0,90
XXXIV. Cidade de Deus	36.515	132	0,36
XXIV. Barra da Tijuca	300.823	2.678	0,89
Área de Planejamento 5.1	671.041	7.687	1,15
XXXIII. Realengo	243.006	2.722	1,12
XVII. Bangu	428.035	4.965	1,16
Área de Planejamento 5.2	665.198	6.835	1,03
XVIII. Campo Grande	542.084	4.046	0,75
XXVI. Guaratiba	123.114	2.789	2,27
Área de Planejamento 5.3	368.534	3.173	0,86
XIX. Santa Cruz	368.534	3.173	0,86

Fonte: AtlasPop 2013. 13. Fórum Setorial Municipal do Sudeste do Rio de Janeiro. atlaspop.org.br, acessado em 13/05/2018.

ARTIGO 2

Variáveis intervenientes na existência de comitês de bacias hidrográficas no Brasil

- Autores: Alexandre André Feil, Virgílio José Strasburg e Fernando Rosado Spilki;
- Nome da Revista: Revista Ambiente & Água;
- Ano da Publicação: 2017
- Qualis: B2

ISSN	Título	Área de Atuação	Classificação
1980-861X	REVISTA AMBIENTE & ÁGUA	ENGENHARIA	B2

Alexandre André Feil

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/541026236197420>

Última atualização do currículo em 04/05/2018

Atuo como docente permanente do mestrado profissional em Sistemas Ambientais Sustentáveis (PPGSAS), docente adjunto no Curso de Ciências Contábeis e editor geral da revista Estudo & Debate na Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Sou graduado em Ciências Contábeis (1998-2003), Pós-graduado em Cooperativismo e Gestão de Negócios (2005-2006), Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (2008-2010) pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES e Doutor em Qualidade Ambiental (2013-2015) pela Universidade Feevale. Coordeno o projeto de pesquisa 01/2017 7 ARD: Estruturação e análise de índices de sustentabilidade em indústrias moveleiras de micro e pequeno porte. Tenho experiência e pesquisa na área da contabilidade gerencial, em especial, análise de investimentos, orçamento empresarial e gestão de custos. Na sustentabilidade relacionado a mensuração do nível de sustentabilidade, índices de sustentabilidade, contabilidade ambiental; e pesquisas relacionadas a ética profissional do profissional contábil, Comitê de bacias hidrográficas, geração de resíduos residenciais urbanos, Consumo de água. alexandre.feil@gmail.com e afeil@univates.br (Texto informado pelo autor)

Virgílio José Strasburg

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3080164417562937>

Última atualização do currículo em 06/05/2018

Graduado em Nutrição pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Luterana do Brasil (2009) e doutorado em Qualidade Ambiental pela Universidade Feevale (2016). Possui experiência profissional na área de gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professor Adjunto III da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Representante docente no colegiado da Distribuição no Hospital de Clínicas de Porto Alegre Realiza pesquisas no segmento de fornecimento de refeições para coletividades com ênfase na gestão de processos e gestão ambiental (impactos ambientais, gestão de resíduos, pegada hídrica e eficiência). (Texto informado pelo autor)

Fernando Rosado Spilki

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível ID

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/34815934960227>

Última atualização do currículo em 18/05/2018

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2001), mestrado em Ciências Veterinárias pela UFRGS, na área de Virologia Animal (2004) e doutorado em Genética e Biologia Molecular, área de Microbiologia, pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Professor Titular e Coordenador do Mestrado Acadêmico em Virologia da Universidade Feevale. Bolsista de Produtividade do CNPq - Nível ID. Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Virologia (SBV). Editor Associado da Área de Virologia Veterinária do Brazilian Journal of Microbiology. Editor da Área de Aquatic Sciences do Brazilian Journal of Biology. Acadêmico Editor na área de Veterinary Medicine do PeerJ. Atua em projetos nas áreas de virologia animal, humana e ambiental, com apoio financeiro do CNPq, CAPES, FINEP, FUNASA, Ministério da Saúde, SDECT-RS e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). (Texto informado pelo autor)

ARTIGO 2

• Fator de Impacto;

Revista Ambiente & Água
ISSN 1980-861X

Fator de impacto em um período de três anos

ano base 2018	revista em análise científica	Índice Anual	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
1	REVISTA AMBIENTE & ÁGUA	29	3	7	7	17	83	80	77	240	0,0706	0	29	0,0000						

ARTIGO 2

Objetivo

- Analisar as variáveis intervenientes relacionadas aos aspectos geográficos, demográficos, socioeconômicos e a existência de comitê de bacias.

24

ARTIGO 2

Variáveis intervenientes na existência de comitês de bacias hidrográficas no Brasil

RESUMO

A gestão de bacias hidrográficas por meio de comitês é essencial na mediação entre a oferta e a demanda de água para consumo doméstico, industrial, agrícola, lazer, entre outros usos da água. Uma gestão exitosa pode ocorrer por meio da identificação e compreensão das características socioeconômicas, demográficas, entre outras, e assim formular as práticas adotadas pelos comitês. Neste contexto, o escopo central deste estudo consistiu em analisar as variáveis intervenientes relacionadas aos aspectos geográficos, demográficos, socioeconômicos e a existência de comitê de bacias. A metodologia consistiu na abordagem quantitativa, empregando-se uma pesquisa documental secundária e sua análise ocorreu por meio da aplicação da estatística descritiva e do teste de correlação de Pearson. Os principais resultados

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo, quanto à abordagem do problema caracteriza-se como quantitativo, quanto ao procedimento técnico vincula-se a pesquisa documental referente a coleta de dados e causal em relação a análise das informações coletadas. Nesse sentido, a pesquisa causal compreende a análise das variáveis intervenientes, por meio da estatística, na explicação de um fenômeno, que neste estudo direciona-se a explicação da existência de CBIH para a gestão dos recursos hídricos.

25

Síntese do resultado obtido

Tabela 1. Informações geográficas, demográficas, socioeconômicas e de saneamento.

UF	Geográficos					Demográficos				
	Nº de Municípios estaduais	Área de abrangência (km²)	Nº de Municípios abrangidos pelo CBIH	Nº de CBIH por UF	Área abrangida de abrangência de CBIH (km²)	Nº de Municípios abrangidos pelo CBIH	População Total de cada CBIH (em milhões)	População Total de abrangência de CBIH (em milhões)	Nº de CBIH de cada UF	
Distrito Federal	1	5,8	1	3	5,8	7	2769,8	2.816		
Goiás	246	340,4	37	3	12,4	11	6434,0	2.009		
Mato Grosso	141	903,4	54	7	109,3	27	3182,1	1.204		
Mato Grosso do Sul	79	357,1	26	2	41,6	15	2507,3	304		
Minas Gerais	102	377,9	66	5	14,4	14	3300,9	3.953		
Bahia	417	564,7	366	10	372,5	25	15044,1	9.785		
Ceará	184	146,9	193	10	131,5	12	8776,6	7.762		
Paraná	223	56,5	145	3	25,7	19	3914,4	2.505		
Paraná	185	98,1	170	7	39,6	33	9208,6	5.503		
Pernambuco	224	251,6	94	1	75,0	12	3194,2	667		
Rio Grande do Norte	167	52,9	65	3	19,2	16	3374,0	1.831		
Sergipe	75	21,9	61	3	9,5	8	2195,7	1.644		
Tocantins	139	277,7	50	7	66,2	30	1478,2	557		
Espírito Santo	78	46,1	75	13	26,2	14	3639,4	2.312		
Minas Gerais	653	596,5	1083	38	557,5	43	20593,4	18.779		
Rio de Janeiro	92	43,8	110	10	40,5	10	16389,2	15.660		
São Paulo	645	245,2	839	22	248,4	22	43683,7	39.809		
Paraná	399	199,3	476	11	183,5	16	10997,5	10.244		
Rio Grande do Sul	295	95,7	672	25	271,2	25	6634,3	10.803	26	
Santa Catarina	297	281,7	321	17	78,9	24	11464,9	5.428		

Renda per capita por cidade*	Sociais econômicos					Saneamento				
	IDH ¹	PIB	População urbana em 100 mil habitantes BGE2/14	IDH ambiental	Comitês de bacias	Nº comitês para água	Preço da água distribuição	Tratamento de esgoto	Cobertura de esgoto	Comitês por região
1.665	0,824	164482	172,9	44,65	0,0	0	37,23	66,13	82,73	98,20
785	0,735	111269	6087,3	80,14	1,0	2	28,78	44,93	41,51	85,62
735	0,725	71418	13542,0	69,20	4,3	6	47,17	23,85	17,72	86,23
785	0,729	49242	4551,7	80,19	0,0	0	32,92	32,76	36,47	85,75
421	0,631	28540	571,8	39,76	1,3	2	46,12	18,52	18,83	76,46
481	0,66	159889	3684,3	69,62	18,3	28	41,58	46,56	31,02	77,43
446	0,662	87952	1012,1	43,57	3,0	1	36,52	32,22	26,32	69,75
462	0,659	35444	332,7	54,64	1,7	0	36,18	34,02	24,54	75,6
509	0,673	104394	803,7	32,46	6,0	8	53,89	26,38	19,68	70,89
408	0,646	24607	1443,7	72,35	0,3	0	51,82	8,30	6,64	67,12
532	0,684	36103	198,7	59,81	0,7	1	55,26	21,09	21,54	81,37
508	0,695	26199	294,9	50,13	0,3	0	59,27	22,39	15,25	83,05
572	0,698	19059	1033,2	78,40	2,0	2	34,34	17,85	14,71	75,45
795	0,74	97893	131,0	53,23	3,0	5	34,39	32,36	41,82	80,9
733	0,731	386156	4329,4	55,73	14,0	26	33,46	32,76	74,22	86,97
993	0,781	462376	122,0	55,19	5,7	7	30,82	34,32	62,59	89,15
1.037	0,783	134965	7503,7	43,92	1,0	0	34,34	53,34	87,36	95,85
871	0,748	236366	10587,9	55,48	2,0	3	33,35	63,75	60,00	91,15
940	0,746	263633	6871,2	42,31	2,0	2	37,23	12,58	29,15	84,06
967	0,774	169050	1545,7	19,79	2,3	3	33,71	19,58	16,03	86,02

Nota: ¹ Produto Interno Bruto de cada Estado, em 2011, valores em (R\$ 1.000,00).
² Renda per capita por domicílio correspondente a renda mensal, em 2010, e em R\$ 1.000,00.
³ O IDH avalia a riqueza, a educação e a saúde de vida dos países, ou seja, mede e avalia o bem-estar da população do país e relaciona-os em forma de ranking. Os países com IDH entre 0,8 e 1,0 são considerados desenvolvidos, entre 0,5 e 0,7 estão em desenvolvimento e entre 0 e 0,49 são considerados países subdesenvolvidos (UNDP, 2014).

REFERÊNCIAS

FEIL, A. A. Variáveis intervenientes na existência de comitês de bacias hidrográficas no Brasil. *Revista Ambiente & Água*, Taubaté, v. 12, n. 2, p. 340-351, mar./abr. 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

VILANI, R. M. Os impactos dos megaeventos esportivos sobre os direitos à saúde e ao meio ambiente em Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31 Sup: S1-S13, 2015.

28